

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ADRIANA SANTOS FRANCO DUMARESK

PRESERVAR E HOSPEDAR: UMA SIMBIOSE NO CENTRO  
HISTÓRICO DE GOIANA - PE

RECIFE

2018

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Adriana Santos Franco Dumaresk

**PRESERVAR E HOSPEDAR: UMA SIMBIOSE NO CENTRO  
HISTÓRICO DE GOIANA - PE**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Prof. (M.Sc.) Pedro Henrique C. Valadares.

RECIFE

2018

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

D885p Dumaresk, Adriana Santos Franco.  
Preservar e hospedar: uma simbiose no Centro Histórico de  
Goiana - PE / Adriana Santos Franco Dumaresk. - Recife, 2018.  
58 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Henrique C. Valadares.  
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Arquitetura e  
Urbanismo) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2018.  
Inclui bibliografia

1. Arquitetura. 2. Preservação. 3. Goiana. 4. Hospedagem. 5.  
Patrimônio. I. Valadares, Pedro Henrique C. II. Faculdade Damas da  
Instrução Cristã. III. Título

72 CDU (22. ed.) FADIC (2018-158)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Adriana Santos Franco Dumaresk

**PRESERVAR E HOSPEDAR: UMA SIMBIOSE NO CENTRO  
HISTÓRICO DE GOIANA - PE**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Prof. (M.Sc.) Pedro Henrique C. Valadares.

RECIFE

2018

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ

CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

Adriana Santos Franco Dumaresk

**PRESERVAR E HOSPEDAR: UMA SIMBIOSE NO CENTRO  
HISTÓRICO DE GOIANA - PE**

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para graduação no curso de Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação do Prof. (M.Sc.) Pedro Henrique C. Valadares.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. (Dr.) Luciana Santiago Costa  
Primeira Examinadora / Faculdade Damas da Instrução Cristã (FADIC)

---

Maria Izabel Rego Cabral  
Segunda Examinadora / Instituto Federal do Sertão de Pernambuco – Campus Salgueiro

---

Prof. (M.Sc.) Pedro Henrique C. Valadares  
Orientador / Faculdade Damas da Instrução Cristã (FADIC)

RECIFE

2018

Dedico este trabalho aos que depositaram a confiança em mim de que chegaria ao fim. E dedico mais ainda àqueles que acharam que eu não era capaz de chegar até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pela educação que eles me deram, pelo carinho e compreensão. Por apoiar a decisão de fazer uma nova graduação e confiar que daria certo; e entender os momentos que não pude estar ao lado deles e participar dos eventos de família por estar fazendo meus trabalhos de faculdade.

Aos meus avós por estarem ao meu lado durante toda as fases da minha vida e ajudarem na minha educação desde pequena na esperança de ter um futuro profissional melhor.

Ao meu marido, por estar ao meu lado me apoiando e me incentivando a crescer pessoalmente e profissionalmente, e compreendendo os dias que dei mais atenção aos meus trabalhos de faculdade do que a ele.

Às minhas colegas de faculdade por toda uma companhia, por noites viradas fazendo projeto, pelas conversas e troca de ideia. Em especial a minha amiga e parceira de conversa e projetos, Maria Alice, por todas as vezes que ela me incentivou a seguir em frente e acreditar no meu potencial, pela força e ombro amigo nos momentos difíceis e pelas gargalhadas nos momentos de alegria.

Agradeço ao carinho de todos os professores, coordenadora e funcionários da faculdade, que sempre tinha um “bom dia” com alegria, um gesto de carinho, e uma ideia pra trocar, em especial a Nena que sempre tinha um carinho e um cafezinho especial nos dias mais difíceis.

Ao meu professor, orientador e amigo Pedro Valadares, que cumpre perfeitamente o seu papel de professor incentivando aos alunos a dar o melhor de si e não desistir diante dos obstáculos, as palavras algumas vezes duras, mas necessárias para que pudesse seguir o meu caminho, por acreditar no potencial de cada aluno, pelas horas de conversa e risadas, por cada correção feita com paciência e esclarecimento, por me incentivar a pensar no diferencial, por acreditar em mim, por se mostrar sempre disponível e acessível, e principalmente por dividir com maestria todo conhecimento adquirido, sem distinção de professor e aluno, mas como futuro colega de profissão. Obrigada por ser essa pessoa maravilhosa no qual tenho como exemplo e fonte de inspiração.

E agradeço de coração àquelas pessoas que acharam que era uma perda de tempo fazer uma nova graduação, passar por provas e trabalhos, estudar com pessoas mais novas que eu, que me disseram que arquitetura era um curso muito difícil e que seria muito complicado estudar, fazer estágio e cuidar da casa. Foi difícil sim, complicadíssimo, teve sim momentos que pensei em desistir, mas eu consegui, e tentei me dedicar a tudo e a todos ao meu redor. Obrigada.



A arquitetura é a arte que dispõe e adorna de tal forma as construções erguidas pelo homem, para qualquer uso, que vê-las pode contribuir para sua saúde mental, poder e prazer.

John Ruskin

## RESUMO

O município de Goiana, localizado no litoral norte do estado de Pernambuco, recentemente integrado à Região Metropolitana do Recife, tem crescido economicamente, principalmente após a implantação dos polos automotivo e farmacológico, o que, juntamente com as praias, tem atraído visitantes, seja a negócios seja a passeio. Além disso, o município possui um rico acervo de construções do período colonial, cujo conjunto é tombado em nível federal. Porém, Goiana não possui meios de hospedagem em quantidade e qualidade correspondente à crescente demanda e seu centro histórico possui um crescente número de edificações subutilizadas, ociosas e até mesmo em ruínas. Desta forma, considerando que uma das premissas da preservação do patrimônio histórico é manter o imóvel em uso, o presente trabalho tem por objetivo apresentar recomendações para utilização de tais imóveis como meios de hospedagem para acomodar visitantes que estejam pela cidade a negócios ou lazer, de modo a contribuir, também, com o incentivo da preservação do centro histórico de Goiana.

**Palavras-Chaves:** Preservação. Goiana. Hospedagem. Arquitetura. Patrimônio.

## **ABSTRACT**

The municipality of Goiana, located on the northern coast of the state of Pernambuco, recently integrated to the Metropolitan Region of Recife, has grown economically, mainly after the implantation of the automotive and pharmaceutical poles, which, along with the beaches, has attracted visitors for business and vacations. In addition, the municipality has a rich collection of constructions from the colonial period, legally protected. However, Goiana does not have lodging facilities in quantity and quality corresponding to the growing demand and its historical center has an increasing number of underutilized, idle and even ruined buildings. Therefore, considering that one of the premises of preservation of historical heritage is to keep the property in use, this research aims to present recommendations for the use of such properties as a means of accommodation for visitors who are around the city for business or leisure, to contribute, also, with the incentive of the preservation of the historical center of Goiana.

**Keywords:** Preservation. Goiana. Lodging. Architecture. Heritage.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - O Grande Floral .....	17
Figura 2 - Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos .....	18
Figura 3 - Hotel 7 Colinas.....	30
Figura 4 – Casarão do Hotel 7 Colinas .....	30
Figura 5 – Pousada do Amparo em Olinda/PE.....	31
Figura 6 – Pestana Hotel Convento do Carmo em Salvador/BA .....	31
Figura 7 - Companhia Industrial de Fiação de Tecidos Goyanna.....	33
Figura 8 - Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.....	34
Figura 9 - Igreja de Nossa Senhora da Soledade .....	35
Figura 10 - Malha Urbana do Centro Histórico de Goiana/PE.....	36
Figura 11 - Sede da Prefeitura de Goiana.....	37
Figura 12 - Loja Maçônica .....	37
Figura 13 - Cine-Teatro Polytheama .....	38
Figura 14 - Sobrados da Rua Duque de Caxias.....	39
Figura 15 - Sobrado da Rua Duque da Caxias.....	39
Figura 16 - Ecoparque Aparauá .....	40
Figura 17 - MW Hotel .....	41
Figura 18 - Goyana Hotel .....	42
Figura 19 - Pousada Marinho .....	42
Figura 20 - Rainha Hotel .....	43
Figura 21 - Pousada Atapuz.....	44
Figura 22 - Pousada Atapuz.....	44
Figura 23 - Imóvel 765 .....	47
Figura 24 - Casa e Terreno do Imóvel 765.....	47
Figura 25 - Casa onde se hospedou D. Pedro II .....	48
Figura 26 - Hospedagem Mista .....	49
Figura 27 - Hospedagem Cama & Café .....	50
Figura 28 - Igreja e o Imóvel Cama & Café .....	50
Figura 29 - Casa do Poeta .....	51
Figura 30 - Área Interna da casa do Poeta Ademar Tavares .....	51
Figura 31 – Área interna da casa do Poeta Ademar Tavares .....	51
Quadro 1 – Tipos de Hospedagem e suas definições.....	28

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEDUC – Coordenação de Educação Patrimonial

CIAM –Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CONDEPE/FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco

DPPC – Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICR – Instituto Central do Restauro

IEP – Imóvel Especial de Preservação

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo

MTur – Ministério do Turismo

SEPLAN – Secretaria de Planejamento Urbano

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

ZEPHs – Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2. O QUE É PATRIMÔNIO?</b> .....	<b>15</b>
2.1    Porque preservar o patrimônio? .....	19
2.2    Como preservar o patrimônio? .....	20
<b>3. HOSPEDAR EM SÍTIO OU EDIFICAÇÃO HISTÓRICA</b> .....	<b>28</b>
<b>4. O MUNICÍPIO DE GOIANA-PE</b> .....	<b>32</b>
4.1    Contexto histórico.....	32
4.2    O patrimônio construído de Goiana .....	33
4.3    Contexto atual do município .....	38
4.4    Meios de hospedagem no município .....	41
<b>5. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES PARA HOSPEDAGEM</b> .....	<b>45</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>55</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O município de Goiana, recentemente inserido como integrante da Região Metropolitana do Recife, possui um dos mais significativos centros históricos do estado de Pernambuco, cujo acervo construído é tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Além das igrejas barrocas, o centro histórico de Goiana possui também uma malha urbana que data do período colonial, com casario em estilos distintos.

Apesar do reconhecido valor histórico, cultural e artístico, o centro histórico de Goiana possui alguns imóveis subutilizados, ociosos e até mesmo em ruínas. Entretanto, tais imóveis poderiam ser requalificados para abrigar novos usos compatíveis com a realidade local. Por esta razão, considerando o crescimento econômico do município em decorrência da instalação dos polos automotivo e farmacêutico, além da futura instalação de um campus da Universidade Federal de Pernambuco, Goiana tem recebido um número crescente de visitantes, seja para negócios, seja para turismo, o que torna a reutilização daqueles imóveis históricos subutilizados uma possibilidade de hospedagem para a crescente demanda, pois as opções hoteleiras atuais não atendem satisfatoriamente à esta demanda.

Com isso, o objetivo dessa pesquisa é apresentar sugestões de hospedagem no centro histórico de Goiana com o intuito de reforçar os potenciais do lugar, ao passo em que se preserva a história do município, por meio da reutilização de seus imóveis históricos.

A metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa consistiu em:

- Observar e analisar o estado de conservação das edificações dentro do polígono de tombamento;
- Mostrar a importância da preservação e a possibilidade de dar um novo uso às edificações abandonadas e ociosas;
- Avaliar a crescente demanda por hospedagem no município de Goiana;
- Identificar as classificações de hospedagens que podem ser aplicadas de acordo com a tipologia e a localização das edificações, assim como seu estado de conservação e possibilidade de ampliação;

Este trabalho também se caracterizou pela pesquisa bibliográfica, que mostra a visão e conceitos de autores sobre a importância do patrimônio e os motivos nos quais devem ser preservados, além das teorias dos principais autores que abordam os aspectos da preservação de edificações históricas.

O capítulo 2 aborda o que significa o patrimônio na visão de diversos autores, o porquê de preservar esses patrimônios e como eles devem ser preservados. Mostra o surgimento e a importância das cartas patrimoniais e como se formalizaram os órgãos federais, estaduais e municipais de preservação do patrimônio no Brasil.

O capítulo 3 aborda o conceito da classificação de cada tipo de hospedagem e como elas podem ser aplicadas em edificações históricas de várias tipologias.

O capítulo 4 conta um resumo da história da cidade de Goiana e expõe a sua importância, citando acervo construído existente. Expõe também o que existe na cidade em termos de investimentos financeiros e turísticos, e finaliza mostrando os tipos e a situação das hospedagens encontradas no centro e no litoral do município.

O capítulo 5 propõe recomendações para hospedagens no centro histórico de Goiana, aplicando-as em algumas edificações ociosas ou abandonadas em locais estratégicos do centro da cidade.



## 2. O QUE É PATRIMÔNIO?

Em um contexto generalizado, pode-se dizer que Patrimônio são todos os elementos de natureza material ou imaterial, do âmbito cultural ou ambiental, que tenham algum significado, seja cultural, histórico ou sentimental, com o objetivo de contribuir para a identificação da sociedade, que o produziu, seja no futuro ou no presente. Segundo Lemos (1981), Patrimônio pode ser um bem, ou um conjunto de bens, considerado como herança de grande valor e significado para um indivíduo ou comunidade.

Ajzenberg (2009), cita a visão de Santos (2001) que relaciona os bens culturais com fatos além da materialidade, e que demonstram a capacidade do raciocínio do ser humano na forma de construir, ou seja

[...] os bens culturais estão impregnados de sentidos que vão além de sua materialidade, a razão de um monumento ser considerado um patrimônio cultural ou artístico estão não apenas em sua materialidade, mas na demonstração da engenhosidade humana que contém sua construção, e geralmente o simbolismo que lhe é atribuído. (SANTOS, 2001) apud (AJZENBERG, 2009, p. 3)

Tais bens podem ser classificados como materiais ou imateriais e, segundo o autor, o patrimônio deve ser dividido em três categorias: A primeira categoria engloba os que pertencem à natureza e ao meio ambiente; na segunda encontram-se os conhecimentos referentes às técnicas de sobrevivência; e a terceira categoria, os elementos chamados de bens culturais e que neles estão contidos os objetos, artefatos e construções.

Ruiz (1996) afirma que o Patrimônio compreende elementos materiais e imateriais, naturais, ou culturais, herdados do passado ou criados no presente, nos quais um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade. Autores como Abreu (1998) e Tomaz (2010) fazem referência ao Patrimônio como uma parte de uma memória e colocam as construções da cidade como figuras representativas dessas memórias.

As construções de uma cidade são alguns dos elementos representativos da memória, e é através delas que o passado se faz comum a todos, onde cada geração possui na sua memória os acontecimentos que são pontos de amarração de uma história em comum (TOMAZ, 2010) apud (SIQUEIRA, 2017, p. 19).

Gastal e Costa, (2010) detalham um pouco mais sobre esse conceito:

Desde o século XVIII, o conceito de patrimônio cultural e os instrumentos necessários à sua preservação evoluem em abrangência qualitativa e quantitativa, permitindo gradativamente em maior grau e diversificação, a preservação de cidades, conjuntos arquitetônicos, edifícios, obras de arte e de usos e costumes de natureza artística, lúdica ou utilitária, apesar dos processos de degradação ambiental e urbana correntes na atualidade (GASTAL e COSTA, 2010, p. 06).

O patrimônio cultural ainda pode ser dividido em patrimônio tangível, composto por bens materiais; e o mesmo ainda se divide em bens imóveis, que são os monumentos, sítios arqueológicos ou elementos naturais que tenham significado cultural; e bens móveis, que são representados por vestuários, obras de arte, mobiliário, etc. Os bens intangíveis são os costumes de um povo, rituais, lendas, enfim, aquilo que é ensinado pelos povos mais antigos.

Sobre os bens culturais, Choay (2001) argumenta que nesses bens são refletidas as condutas históricas de uma sociedade, assim como contradições que explicitam neles o mundo e os hábitos em que viviam. De uma forma generalizada, o patrimônio está ligado à memória de um povo como “ícones repositórios da memória, permitindo que o passado interaja com o presente” (GHIRARDELLO, SPISSO e MENDES FARIA, 2008, p. 13).

O patrimônio cultural também pode ser classificado como histórico ou artístico, onde os mesmos estão ligados por conceitos que se complementam. Segundo Lemos (1981), o termo Patrimônio Histórico é utilizado genericamente em mídias como revistas e jornais. Já o termo Patrimônio Artístico é utilizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e contempla apenas um segmento de um acervo grandioso chamado Patrimônio Cultural.

Pode-se dizer que o Patrimônio Artístico são objetos com seu modo de fabricação e uso, representando assim um período da história e de um povo. “Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil” (ANDRADE, 1981) apud (LEMOS, 1981, p. 38)

Como exemplo de Patrimônio Artístico, podem ser citadas as Obras de arte de Francisco Brennand, que estão localizadas em diversos locais do Brasil. Esse artista é referência em pintura e cerâmica, e confecciona grandes esculturas de elevada importância para a cultura do país. Pode ser contemplada a obra o

Grande Floral, de 1968, localizada na Rua do Sol, no centro do Recife. A pintura em revestimento cerâmico se encontra na fachada de um edifício comercial (Figura 1).

Figura 1 - O Grande Floral



Fonte: Autora (2018)

Sobre Patrimônio Histórico, pode-se fazer referência a imóveis, mais precisamente quando os mesmos contam uma história ou um estilo de vida de uma sociedade.

Entre os bens incomensuráveis e heterogêneos do Patrimônio histórico, tem como categoria exemplar aquele que se relaciona mais diretamente com a vida de todos, o patrimônio histórico representado pelas edificações (CHOAY, 2001, p. 12).

Esses mesmos imóveis contribuem para o entendimento do povo anterior ao atual, como eram os costumes e o modo de vida de seus antepassados.

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituindo pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos (CHOAY, 2001, p. 11).

Como exemplo de Patrimônio Histórico podemos citar também o Município de Goiana, em Pernambuco, que possui um acervo de monumentos históricos, mais precisamente construções religiosas desde o século XVII, como exemplo, pode citar a Igreja Nossa Senhora dos Homens Brancos (Figura 2).

Figura 2 - Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos



Fonte: Walter Leite. Goiana-PE, igreja matriz de Nossa Senhora do Rosário dos Homens. Disponível em <[http://br.geoview.info/goianape\\_igreja\\_matriz\\_de\\_nossa\\_senhora\\_do\\_rosario\\_dos\\_homens\\_branco,25226258p](http://br.geoview.info/goianape_igreja_matriz_de_nossa_senhora_do_rosario_dos_homens_branco,25226258p)>. Acesso em: 25 de agosto 2018

Diante dos argumentos expostos, conclui-se que a definição básica de patrimônio consiste em um determinado bem ou conjuntos de bens que de alguma forma fizeram parte da rotina e dos costumes de um povo, mostrando como se vivia em determinada época, baseando-se nas edificações construídas, nos materiais usados ou nos objetos deixados por esse legado.

## 2.1 Porque preservar o patrimônio?

Os motivos da preservação de um imóvel podem variar conforme uma série de fatores contextuais, mas também de acordo com os profissionais envolvidos nos interesses por preservar. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por exemplo, entende que há distinção entre os interesses do historiador e do arquiteto.

Em primeiro lugar, há que se distinguir o viés do historiador e do arquiteto, frente ao Patrimônio Edificado. Para este último, preservar significa geralmente restaurar arquitetonicamente. Para o Historiador, os imóveis devem ser preservados não por suas qualidades arquitetônicas, nem por inserir-se na grande história (a 1<sup>o</sup> ocupação de tal região, etc.) mas pelo que nos revelam de outras vivências, outros modos de ser que nos precederam, que surgiram com o tempo altera e mantém os modos de vivência social no território (MONUMENTA, 2005).

A preservação tem como propósito garantir a perpetuação de um fragmento de uma história vivida por uma sociedade passada e pode ser entendida como “a manutenção de um bem no estado físico em que se encontra e a desaceleração de sua degradação, visando prolongar e salvaguardar o patrimônio cultural” (GHIRARDELLO, SPISSO e MENDES FARIA, 2008, p. 14).

Cada indivíduo é parte de um todo – da sociedade e do ambiente onde vive – e constrói, com os demais, a história dessa sociedade, legando às gerações futuras, por meio dos produtos criados e das intervenções no ambiente, registros capazes de propiciar a compreensão da história humana pelas gerações futuras. A destruição dos bens herdados das gerações passadas acarreta o rompimento da corrente do conhecimento, levando-nos a repetir incessantemente experiências já vividas (GHIRARDELLO, SPISSO e MENDES FARIA, 2008, p. 14).

Lacerda e Zancheti (2012) citam que o valor histórico de um bem é importante pois mostra uma época vivida, o modo de vida e a evolução das atividades humanas. Abreu e Chagas (2003) abordam a temática do patrimônio como categoria do pensamento, abordando o olhar da sociedade sobre a necessidade ou não da preservação de um patrimônio e não de como o mesmo surgiu, quais os motivos daquele patrimônio existir e como o mesmo pode colaborar com conhecimentos para uma sociedade atual.

Num olhar pela cidade, pode ser observado que algumas edificações estão sendo restauradas devido ao potencial turístico atrelado a elas e não pelo fato de as mesmas representarem alguma vivência do passado de uma determinada

sociedade, cujos costumes e sistemas construtivos estão impressos naquele imóvel.

Tudo indica, e os interesses econômicos estão confirmando, que hoje preservar-se em atendimento às exigências do turismo, a grande indústria moderna, que maneja quantias incríveis enquanto vai forjando nos sítios visitados imagens, às vezes ressuscitadas, definidoras de peculiaridades culturais regionais aptas a estar sempre despertando a curiosidade dos viajantes ávidos de novidades. O turismo nasceu em volta de bens culturais paisagísticos e arquitetônicos preservados, e hoje, cada vez mais, vai exigindo a criação de mais cenários, de mais exotismo, provocando quadros artificiais, inclusive. Quadros inventados, ou recriados, que tentam matar dois coelhos com uma cajadada: a administração local, com fins políticos, incrementa um nacionalismo cultural de conveniência enquanto agentes de viagens, o comércio local e a arrecadação de impostos passam a possuir justificativas de ricos faturamentos. (LEMOS, 1981, p. 30)

Percebe-se que os autores pertinentes à temática do patrimônio conduzem ao entendimento de que a preservação e o reuso de um bem contribui para um menor impacto ambiental, devido à redução de materiais para construção de novas edificações, além de potencializar para um desenvolvimento social, ajudando na compreensão da identidade de um povo, e econômico, trazendo atividades turísticas ao local onde o mesmo está inserido.

## **2.2 Como preservar o patrimônio?**

O termo preservação, segundo Oliveira (2009) fundamenta-se na ação que objetiva garantir a intangibilidade e a durabilidade de algo, como exemplo, um bem cultural. A maneira de preservar é pensada desde o século XIX, quando alguns teóricos expunham suas ideias e visões de preservação de obras de arte e edificações.

Um desses teóricos foi Viollet-Le-Duc, um arquiteto, crítico, escritor e historiador parisiense responsável pelo reconhecimento do gótico como uma das mais importantes etapas da história da arte ocidental. Em sua teoria, dizia que “restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido em um dado momento”. Segundo Luso, Lourenço e Almeida (2004), Le-Duc dizia que o arquiteto restaurador tinha que se colocar no lugar do projetista original e tentar saber as suas ideias para assim continuar a obra, isso através de documentos e desenhos ou se não existisse esse material, seria através de regras de estilo ou edifícios ao redor.

Já John Ruskin, um importante crítico inglês, discordava da ideia de Viollet-Le-Duc, pois ele tinha um enorme respeito pelas construções originais e dava importância às modificações que acontecia nas edificações com o passar do tempo.

Ruskin (2008) cita que não é uma questão de apenas aspecto visual que as construções domiciliares sejam duráveis e perfeitas, mas que elas devem durar por um período de tempo suficiente para que seus descendentes possam perceber como viveram, quem foram e onde prosperaram seus antepassados. Sobre os patrimônios, Ruskin (2008) ainda afirma que eles devem ser conservados, mas que é contra a restauração. Pois pensa que a restauração é a pior forma de destruição. E diz que se os monumentos forem conservados por toda a época, não haverá necessidade de restaurá-los.

Um teórico que também pode ser citado é Camillo Boito, nascido em Roma, estudou arquitetura em Veneza e durante o tempo de estudo foi influenciado pelas ideias de Ruskin e Selvatico Estence. Mas seus conceitos surgem das ideias de Ruskin e Viollet-Le-Duc e, segundo Oliveira (2009), ele entendia que a restauração só deveria acontecer no extremo, ou seja, quando todos os outros meios (manutenção, consolidação, intervenções imperceptíveis) não funcionasse mais.

Boito criou diretrizes para a conservação e a restauração e enunciou sete princípios fundamentais para a intervenção em monumentos históricos. Discordava de Ruskin no aspecto de que deveria deixar a edificação cair em ruínas e que o meio de evitar o restauro era fazer conservações periódicas, mas que os complementos e acréscimos deveriam ser diferentes do original.

Cesare Brandi, um dos teóricos mais renomados do século XX, organizou em 1938 o Instituto Central do Restauro (ICR) em Roma. O instituto se tornou referência para técnicos de restauração, proteção, salvaguarda e restauro de obras de arte e arquitetura na Itália. Na visão de Brandi, segundo Oliveira (2009), a reconstituição de uma obra que se desgastou ao longo do tempo pode ser entendida como um falso artístico ou falso histórico. Brandi (1977) diz que cada caso de restauro será um caso à parte, seja pelo conceito da obra de arte como único, seja por sua singularidade irrepetível no contexto histórico.

Os conceitos desses teóricos foram usados como passar dos anos por diversos arquitetos, e como forma de inspiração para novos parâmetros sobre a conservação dos monumentos históricos.

Em 1933, ocorreu o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) na cidade de Atenas, na Grécia, do qual resultou em um manifesto urbanístico chamado de Carta de Atenas, dando início a uma prática que se tornou recorrente, daquela data em diante, de haver encontros internacionais para discutir a preservação do patrimônio no mundo, sempre com a divulgação de um documento, chamado de Carta Patrimonial, contendo orientações preservacionistas.

A Carta de Atenas foi a primeira Carta Patrimonial e foi redigida durante o CIAM por diversos arquitetos, tendo com destaque, Le Corbusier. Tinha como propósito orientar os arquitetos sobre o exercício da profissão e serviu de inspiração para a arquitetura contemporânea. Em 1964 e 1975, em um congresso realizado nas cidades de Veneza e Amsterdã, respectivamente, foram elaboradas as Cartas de Veneza e a Declaração de Amsterdã, propondo expansão do conceito de monumentos, sugerindo também a preservação de obras consideradas simples, mas que possuíssem significação cultural, além da proteção de conjuntos, bairros ou aldeias que apresentassem interesse histórico cultural.

Perante a lei, as Cartas Patrimoniais não têm valor jurídico, elas são apenas instrumentos fundamentais para serem usadas pelos Estados na concepção de normas legais para a preservação e conservação do Patrimônio.

Por Cartas Patrimoniais entende-se Cartas, Recomendações e Declarações construídas com o fim de trazer considerações sobre aspectos relativos à conservação do Patrimônio. Em sua maior parte, são produzidas em encontros de entidades internacionais, como o ICOMOS e as sessões da UNESCO, e tem como uma de suas atribuições a identificação e proteção de bens considerados Patrimônio da Humanidade (ARAÚJO, BORGES, *et al.*, 2002) apud (LIRA e CABRAL, 2012, p. 61).

A Carta de Veneza tem como foco solucionar a carência de um plano internacional para conservar e restaurar os bens culturais numa ação interdisciplinar, defendendo manutenção corriqueira para uma melhor



conservação, complementado que essa conservação é favorecida quando seu destino é de utilidade para a sociedade, mas sem ocorrer mudanças na disposição e na decoração. Nessa conservação, precisam ser levados em consideração os valores estéticos e históricos, respeitando os materiais originais, etc. Além disso, a substituição das partes faltantes deve ser feita de maneira harmoniosa, mas sendo diferenciada do original.

A Declaração de Amsterdã orienta a introdução de “políticas de conservação integrada”, tendo como abordagem a noção de integração do Patrimônio à vida social. Expunha também o programa de conservação, onde conferia ao poder público municipal essa responsabilidade. Segundo Funari (2007), o documento (Declaração de Amsterdã) sugere a participação da população nos processos de preservação, tentando obter maior respeito dos moradores para os valores ligados à identidade do mesmo e tentar evitar a evasão dos habitantes devido à especulação imobiliária. Lacerda e Zancheti (2012) fazem algumas considerações sobre os principais aspectos da Declaração de Amsterdã e dentre eles os princípios que merecem destaque quanto ao tema de conservação integrada são:

1. O Patrimônio Arquitetônico contribui para a tomada de consciência da comunhão entre história e destino.
2. O Patrimônio é uma riqueza social: sua manutenção, portanto, deve ser uma responsabilidade coletiva.
3. A conservação do Patrimônio Construído deve ser assunto dos Programas de Educação Patrimonial, especialmente dos jovens (LACERDA e ZANCHETI, 2012, p. 20-21).

No Brasil, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, o mesmo expressava em documento, projetos e iniciativas de ações educativas importantes como forma de estratégia de preservação e proteção do patrimônio, porém, “já no anteprojeto para a criação do então SPHAN, Mário de Andrade apontava para a relevância do caráter pedagógico estratégico dos museus e das imagens” (IPHAN, 2014, p. 5). Segundo o IPHAN (2014), a criação de um órgão federal dedicado a Preservação do Patrimônio foi motivada por iniciativas institucionais regionais, porém, também teve grande participação de intelectuais ligados a Semana de Arte Moderna de 1922.

Nos 30 primeiros anos do SPHAN (1937-1967), em que o mesmo era presidido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, os feitos educativos, elaborados pelo instituto, foram baseados na criação de museus, na exposição e no tombamento de coleções e acervos artísticos e documentais, de exemplares da arquitetura religiosa, civil e militar, a fim de comover um maior público sobre a importância e o valor do acervo guardado e conservado pelo órgão.

No que se refere à proteção estadual do Patrimônio, em 1973 foi criada a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), em decorrência do Compromisso de Brasília, acordado entre Governadores, Secretários Estaduais da área de cultura, Prefeitos e Representantes de Instituições Culturais. Relacionado a legislação, atendia-se o art.23 do Decreto-Lei 25 de 1937, no qual declara que

Art.23 O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto (BRASIL, 1937).

A Fundação tem a função de incentivo à cultura, além da preservação dos monumentos históricos e artísticos do Estado.

A FUNDARPE tem como missão a promoção, o apoio, o incentivo, a preservação e a difusão das identidades e produções culturais de Pernambuco de forma estruturadora e sistêmica, focada na inclusão social, na universalização do acesso, na diversidade cultural, na interiorização das ações e no desenvolvimento regional integrado (PERNAMBUCO, 2017).

Tais aspectos da preservação, nos âmbitos federal e estadual, reverberaram em diversas cidades do país. No Recife, por exemplo, a partir da intensificação da aceleração da especulação imobiliária na década de 1980, a preocupação com a preservação do patrimônio arquitetônico foi intensificada. Segundo Siqueira (2017), em 1994, o poder Municipal, através dos órgãos preservacionistas, explicitou seu desejo de reconhecer e ampliar as relações dos bens patrimoniais, dando início ao processo que resultaria na implantação da Lei nº 16.284/97, conhecida como Lei dos Imóveis Especiais de Preservação (IEP). Essa lei tinha a função de conciliar a preservação de alguns imóveis com a necessidade do mercado imobiliário local, definir os imóveis especiais de preservação situados no município, estabelecer as condições necessárias para a preservação e os

encargos aos proprietários para o cumprimento da mesma. No Art. 10 do segundo capítulo da Lei 16.284/97 diz que são permitidas alterações no próprio terreno e nas estruturas internas das edificações, visando uma melhor adequação do novo uso, contanto que não haja descaracterização da mesma e atenda os parâmetros da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) n.º 16.176/96.

No ano de 2005, a fiscalização e o controle dos IEPs passaram a ser realizados pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC), que inicialmente estava ligada à Secretaria de Cultura e atualmente à Secretaria de Planejamento Urbano (SEPLAN). A DPPC é um órgão que responde pela preservação do patrimônio cultural material e imaterial do Recife, seguindo as recomendações e instrumentos legais de órgãos como a FUNDARPE e o IPHAN, além da constituição brasileira. É responsável por analisar projetos e orientar a respeito da legislação, informando sobre os usos permitidos e a maneira adequada de intervenção nos imóveis das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPHs) e nos IEPs.

Outros municípios que possuem acervo de edificações históricas preserváveis passaram a ter suas próprias políticas de preservação, a exemplo de Olinda, cuja prefeitura possui a Secretaria de Patrimônio, Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, e o município de Goiana com a Secretaria de Urbanismo, Obras e Patrimônio Arquitetônico. De modo geral, a proteção do patrimônio na esfera municipal ocorre pela definição de polígonos de preservação, a exemplo do que ocorre no Recife com as Zonas Especiais de Preservação Histórica e Cultural (ZEPH).

Inspirado no modelo da *Heritage Education*, desenvolvido na Inglaterra, chega ao Brasil, em 1983 a expressão Educação Patrimonial, que tinha como objetivo incentivar e promover a conscientização da população e ajudar a se envolverem na conservação do Patrimônio em nível local e global.

Em 1996, surge o Guia Básico de Educação Patrimonial, que se tratava de um material com diversas informações sobre patrimônio e se tornou o material de apoio principal do IPHAN, para incrementar nas ações educativas. Esse material foi elaborado pelas autoras Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro, no qual, segundo elas, “educação patrimonial

consiste em um processo permanente e sistemático centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (IPHAN, 2014). E sobre a metodologia, elas completam que a mesma se aplica a

[...] qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p. 6).

Segundo o IPHAN (2014), nos últimos anos, houve um aumento nos incentivos educacionais relacionados à preservação patrimonial e a variedade de ações e projetos realizados por todo país, com fortalecimento devido à adoção da expressão Educação Patrimonial. Baseada nessa variedade de acontecimentos relacionados ao incentivo para a preservação do patrimônio, a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) pertencente ao IPHAN, defende atualmente que

a educação patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que tem como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. (IPHAN, 2014, p. 19)

Sobre os programas de educação patrimonial, supõe que as experiências educativas são mais fixadas quando fazem parte do cotidiano das pessoas, e que ao invés da preservação acontecer apenas pela importância do mesmo, deveria ser associado os bens culturais ao dia a dia da comunidade como a criação de um símbolo com seus respectivos significados. Segundo Brandão (1996), consultor do Projeto de Interação<sup>1</sup> nos anos 1980,

não se trata, portanto, de pretender imobilizar, em um tempo presente, um bem, um legado, uma tradição de nossa cultura, cujo suposto valor seja justamente a sua condição de ser anacrônico com que se cria e o que se pensa e vive agora, ali onde aquilo está ou existe. Trata-se de buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa releitura daquilo que é tradicional, o feixe de relações que ele estabelece com a

---

<sup>1</sup> Projeto Interação contestava a uniformidade e homogeneização em favor do reconhecimento das diferenças culturais e defendia uma metodologia de trabalho baseada na observação direta e no acompanhamento técnico periódico das experiências educacionais desenvolvidas. (IPHAN, 2014)

vida social e simbólica das pessoas de agora. O feixe de significados que a sua presença significativa provoca e desafia (BRANDÃO, 1996, p. 51) apud (IPHAN, 2014, p. 21)

Independente do projeto ou da ação proposta, o principal objetivo é fortalecer o vínculo da sociedade com o patrimônio cultural, incentivando o mesmo a participar de todas as fases da preservação dos bens. Contudo, supõe caber ao poder público exercer a função de mediador com a sociedade civil.

As principais teorias de restauro, as cartas patrimoniais e as leis preservacionistas defendem a importância de manter os imóveis históricos em uso como forma de garantir sua preservação, desde que dentro dos critérios estabelecidos pelos órgãos competentes, ainda que os usos não sejam os originais das edificações, mas compatíveis com estas. Ou seja, as construções que estão ociosas podem exercer uma função diferente daquela que abrigou originalmente, fazendo com que aquele local ganhe uma utilidade diferente, dentro do mesmo espaço.

O fato de as edificações sobreviverem aos fins para os quais foram criadas e a necessidade contínua de adaptá-las a novos usos faz com que se experimente um sentido de continuidade e permanência o qual se estende ao entorno físico em que sua vida vem se desenvolvendo. (LEMOS, 1981)

Mas as soluções dadas a essas edificações vão além da recuperação de estruturas, pois elas necessitam de um processo de análise para que dentro das soluções propostas também haja uma recuperação de aspectos relevantes da história, o que torna o processo muito mais complexo.

Nos sítios históricos, tem sido recorrente a conversão de usos de imóveis para atividades comerciais e culturais, a exemplo de museus, bares, restaurantes e estabelecimentos de hospedagem, entre outros. Há também os casos em que novas construções são erguidas em centros históricos, o que é permitido por lei, desde que sejam atendidas as exigências legais pertinentes à preservação do local.

### 3. HOSPEDAR EM SÍTIO OU EDIFICAÇÃO HISTÓRICA

De acordo com o Art. 23 da Lei Federal nº 11.771/2008, entende-se por meio de hospedagens,

os empreendimentos ou estabelecimentos, independentemente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem como outros serviços necessários aos usuários, denominados de serviços de hospedagem, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança de diária. (Art 23. Lei nº 11.771/2008, 2008)

Sobre os equipamentos de hospedagem, segundo Aldrigui (2007), são componentes fundamentais da atividade turística, pois, sem um local para se fixar temporariamente, o turista não poderá ficar na localidade e fazer uso das facilidades ligadas ao turismo e movimentar a economia local.

De acordo com o Ministério do Turismo (2003), o sistema brasileiro de classificação de hospedagens estabeleceu sete tipos de meios de hospedagem e utiliza a simbologia de estrelas para diferenciar as categorias. Os equipamentos de hospedagens dividem-se em Hotéis, Resort, Hotel Fazenda, Cama & Café, Hotel Histórico, Pousada e Flat/Apart-Hotel e cada tipo tem suas especificidades (Quadro 1). Eles ainda possuem uma classificação (estrela) específica e existe requisitos a serem atendidos (Infraestrutura, Serviço e Sustentabilidade).

Quadro 1 Tipos de Hospedagem e suas definições

CATEGORIA	DEFINIÇÃO
<b>HOTEL</b>	Estabelecimento com serviço de recepção, alojamento temporário, com ou sem alimentação, ofertados em unidade individuais e de uso exclusivo do hóspede, mediante cobrança de diária.
<b>RESORT</b>	Hotel com infraestrutura de lazer e entretenimento que disponha de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento
<b>HOTEL FAZENDA</b>	Localizado em ambiente rural, dotado de exploração agropecuária, que ofereça entretenimento e vivência do campo
<b>CAMA &amp; CAFÉ</b>	Hospedagem em residência com no máximo três unidades habitacionais para uso turístico, com serviços de café da manhã e limpeza, na qual o possuidor do estabelecimento resida.

<b>HOTEL HISTÓRICO</b>	Instalado em edificação preservada em sua forma original ou restaurada, ou ainda que tenha sido palco de fatos histórico-culturais de importância reconhecida. Entende-se como fatos histórico-culturais aqueles tidos como relevantes pela memória popular, independentemente de quando ocorreram, podendo o reconhecimento ser formal por parte do Estado brasileiro, ou informal, com base no conhecimento popular ou em estudos acadêmicos.
<b>POUSADA</b>	Empreendimento de característica horizontal, composto de no máximo 30 unidades habitacionais e 90 leitos, com serviço de recepção, alimentação e alojamento temporário, podendo ser em um prédio único com até três pavimentos, ou contar com chalés ou bangalôs.
<b>FLAT/APART</b>	Constituído por unidades habitacionais que disponham de dormitório, banheiro, sala e cozinha equipada, em edifício com administração e comercialização integradas, que possua serviço de recepção, limpeza e arrumação.

Fonte: <<http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/Entenda?tipo=7>>. Acesso em: 5 de setembro 2018

Todos os tipos de hospedagens podem ser encontrados em diversos lugares. Em sítios históricos podem ser citadas algumas edificações novas, como o Hotel 7 Colinas, em Olinda/PE, (Figura 3) que está localizado em um terreno de um casarão do século XIX ainda existente (Figura 4) e reaproveitado no empreendimento. A pousada em si funciona na edificação nova, construída nos anos 80 do século XX. Outro exemplo é a pousada do Amparo (Figura 5), também em Olinda/PE, situada em um sobrado do período colonial. Porém, o funcionamento como Pousada se deu a partir de 1996. Como outro modelo, podemos citar o Hotel Pestana Convento do Carmo, em Salvador/BA (Figura 6). O imóvel onde se encontra esse Hotel foi um Convento Carmelita erguido em 1586 pela Ordem Primeira dos Freis Carmelitas. Na adaptação do Convento para hotel, em 1970, procurou-se manter as principais características originais e complementar com mobiliário próximo do estilo utilizado na época.

A partir desses modelos de hospedagens em edificações com valor histórico, pode-se observar que a importância deles para a sociedade se dá no fato de apresentar um pouco da história dos antepassados através das construções e mobiliários, do modo como viviam as pessoas da época em que a edificação foi construída, além do material empregado na construção e da maneira como eram



construídas aquelas edificações. Quando se trata de uma hospedagem histórica dentro de um sítio histórico, a visão do usuário é complementada com o entorno, pois além do hotel em si, as construções ao redor mostram uma história e pode-se deduzir até um pouco da rotina vivida por aquelas pessoas que habitavam aquela construção em que hoje é um hotel proporcionando uma experiência diversa da realidade das grandes cidades da atualidade.

Figura 3 - Hotel 7 Colinas



Fonte: <<http://www.hotel7colinas.com.br/>>. Acesso em: 06 de novembro de 2018.

Figura 4 – Casarão do Hotel 7 Colinas



Fonte: <<http://www.hotel7colinas.com.br/>>. Acesso em: 06 de novembro de 2018.



Figura 5 – Pousada do Amparo em Olinda/PE



Fonte: <<https://www.google.com.br/maps/>>. Acesso em: 6 de novembro de 2018

Figura 6 – Pestana Hotel Convento do Carmo em Salvador/BA



Fonte: <<https://www.booking.com/hotel/br/pestana-convento-do-carmo.pt-br.html>>. Acesso em: 06 de novembro de 2018

## **4. O MUNICÍPIO DE GOIANA-PE**

### **4.1 Contexto histórico**

Goiana está localizada na mata norte de Pernambuco, a cerca de 60km da cidade do Recife. Segundo a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) (1979), é originária de um dos núcleos mais antigos de colonização do Nordeste brasileiro. Inicialmente era uma freguesia (1568), depois passou a ser uma Vila (1711) e em 1840 tornou-se cidade. Foi, por diversas vezes, a sede da capitania de Itamaracá.

De acordo com a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM) (2007) no período entre o fim do século XVI e o início do século XVII foram fundados vários engenhos, de forma que por volta de 1630 já existiam estabelecimentos suficientes que exerciam influência na vida econômica do povoado.

Em 1646, os Holandeses, que haviam invadido o estado de Pernambuco; já derrotados e escassos de alimentos, decidem invadir o vilarejo Tejucupapo. Em um domingo, partindo do Forte Orange, na Ilha de Itamaracá, eles seguem para sua investida, supondo que o local estaria mais desprotegido, pois era nesse dia que grande parte dos homens do vilarejo saíam para vender os pescados no Recife.

Quando os Holandeses se aproximaram do local, um grupo de moradores, liderados por quatro mulheres, lutou contra eles numa batalha feroz, conhecida como a Batalha de Tejucupapo. Houve mais de 300 mortos, porém as mulheres da freguesia saíram vitoriosas da batalha.

Os primeiros engenhos apareceram na segunda metade do século XVI, mas alguns foram destruídos por índios. Já no século XVIII, o município era um dos maiores polos de colonização do território brasileiro, e tinha um importante centro econômico e político. Segundo a FUNDAJ (1979), Goiana participou dos movimentos libertários de Pernambuco e foi a 1ª cidade brasileira a considerar livre todos os seus escravos por um decreto da câmara, de 25 de março de 1888, antecipando-se a Lei Áurea. Em 1893, surge a Companhia Industrial Fiação e Tecidos Goyanna (Figura 7) em cujo entorno foi construída, posteriormente, a

vila operária, onde residiam seus operários. A fábrica foi fechada em 1950, após declarar falência. Nos dias atuais, ainda podem ser encontradas algumas casas e ruínas da fábrica.

Figura 7 - Companhia Industrial de Fiação de Tecidos Goyanna



Fonte: <<http://goianadoscaboclinhos.com.br/portfolio/fabrica-de-tecidos-de-goiana/>>. Acesso em: 7 de outubro de 2018.

No século XIX, graças ao porto por onde eram trazidas as mercadorias vindas do interior, existiam atividades econômicas importantes para o município, além de ser um principal ponto de passagem dos caminhos que ligaram Recife e Olinda ao interior do Estado e outras cidades do nordeste. Nos dias atuais, o Município é um importante produtor de cimento, açúcar, cal, algodão, móveis e artefatos de fibra de coco.

#### **4.2 O patrimônio construído de Goiana**

Goiana possui um acervo histórico e cultural significativo, sendo a sua maior concentração no centro do município, onde existe um número de monumentos religiosos que segundo a FUNDAJ (1979) datam do século XVII.

O acervo arquitetônico do município marca três períodos importantes da história do Brasil. O período Colonial, representado pelas igrejas barrocas e pelos engenhos de cana de açúcar; o período imperial, representado pelos sobrados;

e o período republicano, com a instalação da fábrica de tecidos e o surgimento da vila operária.

Referindo-se aos engenhos, o IPHAN (2014), diz que nas várzeas do Rio Capibaribe, do Rio Goiana e do Rio Ipojuca foram implantados os primeiros engenhos em Pernambuco, tornando possível a ocupação, o povoamento e o florescimento de uma vigorosa economia colonial. Diante disso, percebe-se o importante papel do Rio Goiana, como elemento condicionante para o surgimento e desenvolvimento do Município.

Sobre os monumentos religiosos, de acordo com o IPHAN (2014), as edificações religiosas foram tombadas e inscritas no Livro do Tombo das Belas Artes, em 1938 devido ao significativo acervo artístico, tanto interna como externamente às igrejas. No total, são oito Igrejas tombadas: a Igreja da Ordem Terceira do Carmo, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (Figura 8), Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Igreja Nossa Senhora da Misericórdia, Igreja Nossa Senhora do Amparo, Convento e Igreja de Santo Alberto de Sicília e Cruzeiro e Convento e Igreja de Nossa Senhora da Soledade (Figura 9).

Figura 8 - Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos



Fonte: <<http://goianadoscaboclinhos.com.br/portfolio/igreja-da-nossa-senhora-do-rosario-dos-homens-pretos/>>. Acesso em: 7 de outubro de 2018.



Figura 9 - Igreja de Nossa Senhora da Soledade



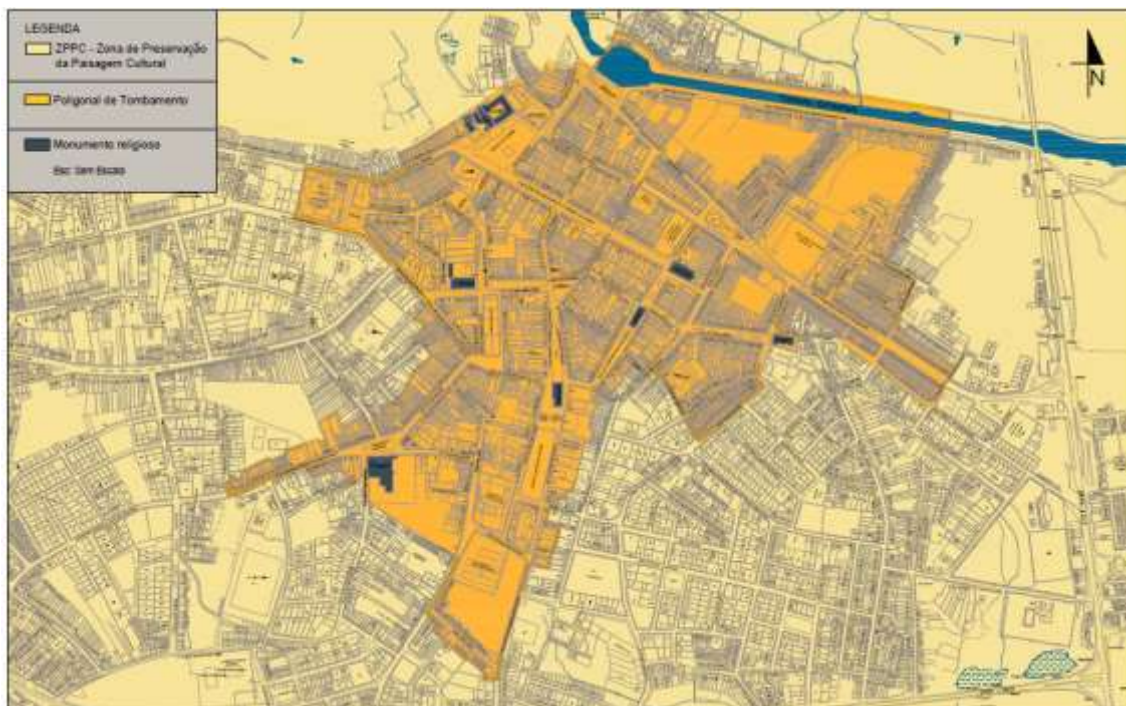
Fonte: <<http://goianadoscaboclinhos.com.br/portfolio/convento-e-igreja-de-nossa-senhora-da-soledade/>>. Acesso em: 7 de outubro de 2018.

Nos dias atuais, essas construções têm grande importância como elemento representativo da influência religiosa e tem grande simbolismo na paisagem urbana.

Com relação à malha urbana do centro histórico, observam-se algumas características de ocupação aparentemente espontânea, como o traçado irregular (Figura 10) e as ruas estreitas que se abrem em largos e pátios, tendo como ponto focal os monumentos religiosos, em uma configuração típica do período colonial brasileiro.

Os sobrados são outro tipo de construção existente no centro histórico de Goiana. Na sua grande maioria, tentam-se manter preservadas as características da época em que foram construídos, como por exemplo o gabarito e os estilos arquitetônicos de épocas distintas, como o Eclético e o Art Déco.

Figura 10 - Malha Urbana do Centro Histórico de Goiana/PE



Fonte: IPHAN. Acesso em 8 de outubro de 2018.

Pode-se complementar o Patrimônio arquitetônico com construções institucionais, comerciais, educacionais e de serviços, a exemplo do edifício sede da Prefeitura de Goiana (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), o prédio do Colégio Sagrado Coração, a Loja Maçônica (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) e o Cine Teatro Polytheama (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

Segundo o IPHAN (2014), a área tombada preserva valores históricos, urbanísticos e paisagísticos presentes na cidade. O conjunto de edificações é de tão extrema importância no sentido histórico que, em 2011, o IPHAN instituiu a delimitação de um polígono de tombamento<sup>2</sup> (Figura 10), com o intuito de garantir a preservação dessas construções e do seu entorno.

<sup>2</sup> O Polígono de Tombamento é uma área circunvizinha ao bem tombado que delimitada junto com o processo de tombamento com o objetivo de preservar sua ambiência e impedir que novos elementos obstruam ou reduzam a sua visibilidade e ameacem a sua integridade.



Figura 11 - Sede da Prefeitura de Goiana



Figura 12 - Loja Maçônica



Fon  
goiana-desocupe-predio-do-estado/>. Acesso em: 8 de outubro de 2018 de-

Figura 13 - Cine-Teatro Polytheama



Fonte: <<http://goianadoscaboclinhos.com.br/portfolio/cine-teatro-polytheama/>>. Acesso em: 8 de outubro de 2018.

### 4.3 Contexto atual do município

Atualmente, o acervo construído do centro histórico de Goiana encontra-se razoavelmente bem preservado, embora algumas edificações possuam descaracterizações como alterações volumétricas, estilísticas e de revestimentos (**Erro! Fonte de referência não encontrada.** e **Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Observando os imóveis, principalmente os de uso comercial, podem ser encontrados elementos adicionados às fachadas, como letreiros e propagandas.

Goiana está entre os Municípios de maiores centros econômicos do estado. Nele há produção de cimento, embalagens de papelão, açúcar, cal e artefatos de fibra de coco. Possui grande movimento no comércio devido à feira livre, mas a



economia do Município só cresceu consideravelmente depois da recente implantação do polo industrial e do polo farmacológico.

Figura 15 - Sobrado da Rua Duque da Caxias



Fonte: Autora (2016)

Figura 14 - Sobrados da Rua Duque de Caxias



Fonte: Autora (2016)

Nos dias atuais, o Município tem, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) (2015) o 3º maior PIB do estado e a instalação da Fábrica da Fiat gerou uma grande demanda de empregos, em que muitos moradores de Goiana e cidades vizinhas podem se beneficiar. Devido a esse aumento de oportunidades, houve um crescimento de pessoas vindo de outros locais de dentro e de fora do estado.

No município, encontram-se seis praias ao longo de seus 18km de extensão (Carne de Vaca, Ponta de Pedras, Barra de Catuama, Catuama, Atapuz e Tabatinga). A praia de Ponta de Pedra é a mais frequentada, seguida de Catuama e Carne de Vaca. A praia de Atapuz ao sul, é última praia do Município de Goiana, a mais frequentada por pescadores, já a praia de Carne de Vaca, ao norte, é a primeira praia do litoral de Pernambuco, e onde está localizada a foz do Rio Goiana. No distrito de Ponta de Pedra, encontra-se o Ecoparque Aparauá (Figura 16), um espaço de preservação ecológica do Engenho Massaranduba do Norte. A quantidade de opções de lazer, tanto no litoral como nas áreas rurais, atrai muitos turistas, principalmente nas férias de verão.

Figura 16 - Ecoparque Aparauá



Fonte: <<http://www.aparaua.com.br/>>. Acesso em: 2 de outubro de 2018

Quanto ao polo industrial, Goiana atrai visitantes, principalmente executivos, para conhecer o polo farmacológico e mais ainda o polo automotivo, pois, com

a implantação da fábrica da FIAT e o potencial da região, houve um aumento em negociação de investimentos industriais para esse Município. O reconhecimento do potencial econômico do local é de tamanha forma que o Ministro da Educação, Mendonça Filho, liberou a instalação de um campus da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no Município (PERNAMBUCO, 2018).

#### 4.4 Meios de hospedagem no município

No município de Goiana podem ser encontrados motéis, hotéis e pousadas. Grande parte desses estabelecimentos encontram-se na área litorânea do Município, onde há uma maior atratividade turística. Na área central da cidade existem poucas instalações de hospedagem, na sua maioria improvisadas, com o objetivo de acomodar pessoas que estão pelo local para resolver problemas pessoais ou de pequenos negócios comerciais, com estadias curtas, que não sejam por razões turísticas.

Como Goiana tem crescido economicamente, tendo se tornado inclusive parte da Região Metropolitana do Recife, a instalação do polo industrial tem atraído investimentos para o município. Neste caso, tem crescido o número de empresários e funcionários de grandes indústrias que vão a Goiana a negócios. Entretanto, os oito estabelecimentos de hospedagem existentes na área urbana de Goiana não atendem ao perfil deste público como o MW hotel (Figura 17) e a Pousada Marinho (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**), que é caracterizado por um maior nível de exigência, com exceção da Pousada



Figura 17 - MW Hotel



Fonte: <<https://mapcarta.com/pt/ChIJodERhWFiqwcRFDifd0MyNSI>>. Acesso em: 14 de outubro de 2018



Goyanna (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) e o Hotel Rainha (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

Figura 19 - Pousada Marinho



Fonte: <<https://www.ferias.tur.br/empresa/40794/marinhopousada/>>. Acesso em: 14 de outubro de 2018

Figura 18 - Goyana Hotel



Figura 20 - Rainha Hotel



Fonte: <<https://www.booking.com/hotel/br/rainha-goiana.pt-br.html>>. Acesso em: 14 de outubro de 2018

Todavia, as acomodações relacionadas ao turismo se concentram no litoral, não são dotadas do mesmo nível de conforto existente nos hotéis e resorts existentes no litoral sul do estado, mas, em certa medida, atendem razoavelmente à demanda turística local. Exemplo deste tipo de acomodação é a Pousada Atapuz (Figura 21 e Figura 22) localizada à beira-mar, na praia de Atapuz.

Contudo, vê-se que o sítio histórico de Goiana, que possui um rico acervo de edificações civis e religiosas que datam deste o período colonial, tombado em nível federal, ainda não é devidamente explorado, não apenas turisticamente, mas principalmente enquanto opção de novos usos para sua sustentabilidade e consequente preservação de sua história.

Considerando as principais premissas da preservação do patrimônio construído, é necessário garantir que as edificações históricas permaneçam em uso, ainda que não seja a sua finalidade original, mas que seja compatível com suas características arquitetônicas e de entorno. Desta forma, utilizar imóveis históricos abandonados ou ociosos para hospedar o crescente número de visitantes do município pode se tornar uma das ações positivas para a consolidação da preservação do centro histórico de Goiana.

Figura 21 - Pousada Atapuz



Fonte: <<https://atapuz.com.br/>>. Acesso em: 17 de outubro de 2018

Figura 22 - Pousada Atapuz



Fonte: <<https://atapuz.com.br/>>. Acesso em: 17 de outubro de 2018



## **5. PROPOSTA DE RECOMENDAÇÕES PARA HOSPEDAGEM**

Com o potencial industrial e turístico que Goiana vem desenvolvendo, principalmente após a incorporação do município à Região Metropolitana do Recife, a adoção de ações que visem preservar seu centro histórico se faz ainda mais necessária, não apenas por força da Lei que protege o patrimônio goianense, mas também visando a melhoria de seu acervo histórico. Para isso, uma necessidade básica é a de hospedagem para os investidores e os turistas que por ventura desejem conhecer e desenvolver mais a fundo as potencialidades do Município. Baseando-se em observações dos estabelecimentos de hospedagem no centro do Município, é apresentada aqui uma proposta de recomendações para implantação de hospedagens no sítio histórico de Goiana, utilizando as casas e os sobrados ociosos ou abandonados, com o intuito de atender a uma demanda existente e paralelamente contribuir para a valorização do patrimônio histórico do município, corroborando a premissa de que deve-se manter as edificações em uso para que seja aumentada a possibilidade de sua preservação.

Os imóveis a serem utilizados devem preferencialmente ser localizados em locais estratégicos e de fácil acesso, próximos a pontos de interesse como locais turísticos e comércio, por exemplo. Também é importante que próximo a esses imóveis existam serviços básicos para quem está hospedado na cidade, como farmácias, padarias, lanchonetes, pontos de táxis, etc.

De acordo com o Ministério do Turismo (MTur) (2003), a classificação dos tipos de hospedagem deve obedecer a algumas exigências básicas relacionadas em sua maioria aos serviços oferecidos, como recepção 24h, serviço de limpeza e serviço de alimentação, entre outros. Algumas dessas classificações, tem exigências mais específicas, como no caso do Hotel Fazenda que precisa estar localizado em uma área rural e que ofereçam vivência de campo; e Hotel Histórico, que seja numa edificação preservada ou restaurada onde houve algum fato histórico reconhecido.

Quanto ao tipo do imóvel, uma hospedagem pode se adaptar a qualquer tipologia existente no município, ou seja, uma casa pequena térrea pode ser uma hospedagem tipo Albergue, que não necessita de muita infraestrutura e espaço,

e as acomodações não precisam ser individuais, fazendo com que sejam hospedadas mais pessoas num mesmo ambiente. Se essa casa tiver um terreno anexado, no mesmo pode ser construída uma área de convívio ou mesmo acomodações particulares, elevando assim à categoria de pousada. Os sobrados ou casas maiores, dependendo de sua configuração interna, também se encaixam no perfil de acomodação tipo pousada ou hotel.

Um exemplo de novo uso com finalidade de hospedagem pode ser aplicado no imóvel de número 765 localizado na Rua Duque de Caxias, no centro de Goiana (Figura 23). Essa casa tem características do período imperial e está sem uso, mas se encontra em bom estado de conservação. As divisórias dos ambientes ainda existem e estão conservadas, a exemplo das alcovas, que são dormitórios sem janelas, muito comuns na arquitetura popular brasileira do período colonial até o início do século XX. A casa não possui recuo frontal, nem laterais, assim como ocorria tradicionalmente nesta tipologia, com um quintal nos fundos com área suficiente para a construção de um anexo, caso seja necessário (Figura 24). Essa casa está próxima a supermercados, ponto de táxi, padarias, farmácia, comércio e ao terminal rodoviário. Nas proximidades da mesma, ainda podem ser encontradas a feira livre e a Igreja de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos, tombada pelo IPHAN. Por estar numa boa localização, esse imóvel passa a ter um bom potencial para uma hospedagem.

Como sugestão de projeto de hospedagem para esse imóvel, no terreno de fundo poderia ser construído um anexo com acomodações com banheiros privativos e uma área para refeição tanto dos hóspedes como de funcionários. Dentro da edificação existente poderia funcionar a parte administrativa, recepção e área de convívio com poltronas confortáveis, revistas, jornais e um computador disponível para os hóspedes.



Figura 23 - Imóvel 765



Fonte: googlemaps. Acesso em: 05 de novembro de 2018

Figura 24 - Casa e Terreno do Imóvel 765



Fonte: googlemaps. Acesso em: 05 de novembro de 2018.

Outra sugestão como um Hotel Histórico seria restaurar e transformar em uma hospedagem o imóvel localizado na esquina da Rua do Rio com a Rua General Joaquim Barbosa Cordeiro de Farias (Figura 25). Esse imóvel tem a exigência principal para esse tipo de hospedagem que é o fato do valor histórico, pois nele foi hospedado D. Pedro II quando veio ao Brasil. Atualmente esse imóvel é tombado, e está em ruínas, porém, ainda é possível restaurá-lo e dar um novo uso. Quanto à sua localização, ele não está muito próximo a pontos de serviços básicos para turistas, mas tem uma importância histórica para a cidade. Seria um hotel com poucas acomodações, mas atendendo às necessidades da classificação. Após a restauração, poderá ser avaliada a possibilidade de construir um anexo no terreno de fundo.

Figura 25 - Casa onde se hospedou D. Pedro II



Fonte: googlemaps. Acesso em: 05 de novembro de 2018



Na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, de esquina com a Rua General Joaquim Barbosa Cordeiro Farias, existe um sobrado com um grande potencial (Figura 26), pois além de estar conservado, facilitando assim o uso, possui um terreno no fundo onde pode ser construído um anexo. Esse imóvel pode ser de uso misto, ou seja, os quartos de dentro podem ser albergues, acomodando até quatro pessoas, e no anexo podem ser construídas acomodações tipo suítes. No térreo da propriedade, pode funcionar a recepção e uma área para alimentação. Essa casa está situada em uma das avenidas principais de Goiana e próximo a diversas edificações e igrejas históricas, além de estar próxima à serviços básicos como padarias, supermercados, pontos de táxi e terminal rodoviário.

Figura 26 - Hospedagem Mista



Fonte: googlemaps. Acesso em: 22 de novembro de 2018

Outro imóvel que pode ser usado como hospedagem, mas neste caso como tipo cama & café, fica na curva do fim da Avenida Marechal Deodoro da Fonseca com a Rua Santa Teresa, contíguo ao conjunto religioso do Convento do Carmo. Esse imóvel faz parte de um conjunto de três imóveis iguais e conjugados (Figura

27). É uma casa com configuração estreita e alongada, com sua fachada alinhada à calçada. Para atender a classificação de Cama & Café, deveria haver um morador fixo e no máximo mais três quartos para serem alugados temporariamente, além de serviço de café da manhã e limpeza, mas o banheiro não precisa ser privativo e não há necessidade de recepção. Além do espaço já oferecido pelo imóvel, ainda pode ser construído um mezanino. Esse imóvel poderia ser bastante procurado por romeiros que venham conhecer as edificações religiosas do município. A casa se encontra abandonada, sem cobertura e necessitando de restauro urgente.

Figura 27 - Hospedagem Cama & Café



Fonte: googlemaps. Acesso em: 23 de novembro de 2018

Figura 28 - Igreja e o Imóvel Cama & Café



Fonte: googlemaps. Acesso em: 23 de novembro de 2018

Outro imóvel que poderia ser utilizado como hospedagem, está localizado um pouco mais distante do centro histórico, situado num terreno de esquina, onde se encontram as Rua do Poço, Loteamento Albinópolis e Ademar Tavares. Esta casa (Figura 29) tem uma importância para a história da cidade, pois pertenceu a um poeta que foi conhecido como príncipe dos trovadores, Ademar Tavares. O imóvel atualmente se encontra sem as paredes internas (Figura 31 e Figura 30), mas a fachada e o telhado estão em bom estado de conservação.

Figura 29 - Casa do Poeta



Fonte: Camile Mozzini e Juliana Correia. Acesso em: 25 de novembro de 2018.

Figura 30 - Área Interna da casa do Poeta Ademar Tavares



Fonte: Camile Mozzini e Juliana Correia. Acesso em: 25 de novembro de 2018.

Figura 31 - Área interna da casa do Poeta Ademar Tavares



Fonte: Camile Mozzini e Juliana Correia. Acesso em: 25 de novembro de 2018.

O sobrado que abrigou D. Pedro II e a antiga residência do poeta Ademar Tavares são exemplares residenciais do século XIX, mas com características distintas, sendo o primeiro um sobrado urbano tradicional com cobertura em duas águas sobre empenas, e o segundo uma casa térrea com cobertura em quatro águas, solta no lote.

O imóvel 765 possui fachada típica das casas urbanas do século XIX, com platibanda e ornamentação sóbria, e está implantado entre outras casas do mesmo tipo, conjugada, com terreno estreito e profundo. A casa ao lado do Convento do Carmo possui implantação similar, mas sua fachada apresenta o estilo Art Déco, vigente na primeira metade do século XX, tratando-se, portanto, de uma intervenção.

A residência na avenida Marechal Deodoro possui aspecto modernista, em dois pavimentos, com jardim frontal e quintal nos fundos. A julgar pela implantação e características arquitetônicas dos imóveis vizinhos, presume-se que o imóvel em questão seja resultado de uma intervenção que substituiu, ou transformou, uma casa mais antiga.

Como se vê, apesar de algumas semelhanças, são imóveis distintos, com características construtivas, funcionais e estilísticas também distintas, que representam a diversidade do acervo histórico do município de Goiana e que, se respeitadas as exigências legais e as recomendações de que os aspectos originais desses imóveis sejam preservados, pode-se ter um conjunto de hospedagens de grande valor simbólico no município.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do que é patrimônio, das razões e dos meios para sua preservação é uma etapa fundamental para valorização e consolidação da cultura de um povo. Goiana, como um dos municípios mais antigos e importantes do estado de Pernambuco, possui um acervo histórico de grande relevância para a cultura do estado. Como se viu, seu núcleo urbano, cuja malha obedece aos tradicionais traçados do período colonial, com casas conjugadas, com alcovas, delineando as ruas, com igrejas cujas torres dominam a paisagem vista por quem chega à cidade.

Este patrimônio, rico e singular, é protegido por força de lei federal, mas carece de investimentos para sua manutenção e sustentabilidade. Por esta razão, diante do cenário econômico positivo, devido à instalação de indústrias, o presente trabalho teve a intenção de conciliar a demanda por hospedagem à preservação do patrimônio local, com a apresentação de recomendações para reutilização de imóveis subutilizados, ociosos e arruinados no centro histórico goianense, agregando valor aos imóveis e seu entorno.

Um dos imóveis, foi a residência onde se hospedou D. Pedro II, atualmente em ruínas, mas também a casa da Rua Duque de Caxias, o sobrado da Avenida Marechal Deodoro da Fonseca e a casa próxima ao Convento do Carmo. São exemplares arquitetônicos que possuem suas particularidades estéticas e funcionais, decorrentes do período em que foram construídas, ou reformadas.

O centro histórico de Goiana possui outros imóveis elegíveis para abrigar hospedagens e também outros usos, como pequenos comércios, estabelecimentos de serviços, escritórios, etc., que são atividades perfeitamente compatíveis com as edificações existentes, não poluentes e não geradoras de grande impacto ambiental.

A adoção do uso proposto é perfeitamente compatível com as edificações históricas existentes, sem que estas precisem ter seus valores patrimoniais eliminados. Pelo contrário, a preservação de suas características e a aproximação do visitante, e também do morador, com o patrimônio edificado de Goiana é de extrema importância para despertar a apropriação dos valores

desse patrimônio, o que contribui para a preservação da memória e dos valores culturais locais.



## REFERÊNCIAS

ABREU, M. D. A. **Sobre as Memórias das Cidades. Território**. Rio de Janeiro: ISSN4, 1998. 5-26 p.

ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003.

AJZENBERG, E. Patrimônio Artístico-Cultural: Uma Conquista. **Travessia**, 2009.

ALDRIGUI, M. **Meios de Hospedagem**. São Paulo: Aleph (Coleção ABC do Turismo), 2007.

ANDRADE, M. D. **Cartas de Trabalho, correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945)**. 33. ed. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1981.

ARAÚJO, M. M. et al. Aplicação da legislação nacional sobre proteção do patrimônio cultural: interpretação à luz das Cartas de Preservação Internacional. In: FERNANDES, E.; RUGANI, J. M. **Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico**. Belo Horizonte: IAB, 2002.

BRANDÃO, C. R. Cultura, Educação e Interação: observação sobre ritos de convivência e experiências que aspiram torná-las educativas. In: BRANDÃO, C. R. **O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

BRANDI, C. **Teoria del Restauro**. Roma: [s.n.], 1977.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ministério do Turismo**, 2003.

BRASIL. Art 23. Lei nº 11.771/2008, Brasília, 2008.

BRASIL, P. D. R. F. D. **Decreto-Lei nº 25 de 30 de Novembro de 1937**. [S.l.]: [s.n.], 1937.

CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2001.

CONDEPE/FIDEM , 2007. Disponível em: <<http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem>>. Acesso em: outubro 2018.

EUGÈNE, E. V. L. D. **Dictionnaire Raisonné L'Architecture Française Du X le au XV e siècle**. [S.l.]: [s.n.], 1854-1868.

FUNARI, P. P. A. **Arqueologia e Patrimônio**. Erechim, RS: Habilis, 2007.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GASPAR, L. Goiana, PE: patrimônio histórico e cultural. **FUNDAJ**. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php>>. Acesso em: setembro 2018.

GASTAL, S. D. A.; COSTA, L. D. C. N. Paisagem Cultural: Diálogos entre o Natural e o Cultural. **Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercocul**, Rio Grande do Sul, 9 e 10 Julho 2010.

GHIRARDELLO, N.; SPISSO, B.; MENDES FARIA, G. G. **Patrimônio histórico: como e por que preservar**. Bauru, São Paulo: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo, 2008.

HORTA, M. D. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico da Educação Patrimonial**. [S.l.]: IPHAN, 1999.

IBGE. Estatísticas Cidades. **IBGE**, 2015. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/goiana/panorama>>. Acesso em: Outubro 2018.

IPHAN. **Educação Patrimonial**. [S.l.]: [s.n.], 2014.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional. **IPHAN**, 09 Abril 2018. Disponível em: <<portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 2018.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **IPHAN**, 09 Abril 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **IPHAN**, 07 Março 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>.

LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M. **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIRA, F.; CABRAL, R. Estrutura Internacional de Conservação. In: LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M. **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. p. 61.

LUSO, E.; LOURENÇO, P. B.; , M. A. **Breve História da Teoria da Conservação e do Restauro**. Largo do Paço: Universidade do Minho, 2004.

MONTEIRO, F. D. A. John Ruskin: Teorias da Preservação e suas Influências na Preservação do Patrimônio Brasileiro no Início do Século XX. **Revista do Colóquio**, n. 3, p. 90-101, Dezembro 2012.

MONUMENTA, E. T. P. **Caderno 3 - Sítios Históricos e Conjunto de Monumentos Nacionais**. Brasília: Ministério da Cultura, 2005.

MUNICÍPIO de Goiana. **CONDEPE/FIDEM**. Disponível em: <[http://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?p\\_l\\_id=18393234&folderId=18394117&name=DLFE-89568.pdf](http://www.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=18393234&folderId=18394117&name=DLFE-89568.pdf)>. Acesso em: setembro 2018.

NABUCO, F. J. FUNDAJ. **Fundação Joaquim Nabuco**, 1979. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/index.php>>. Acesso em: outubro 2018.

OLIVEIRA, R. D. Teoria e Prática da Restauração. **Patrimônio: Lazer & Turismo**, Belo Horizonte, p. 75-91, 2009.

OLIVEIRA, R. D. Teoria e Prática da Restauração. **Patrimônio: Lazer & Turismo**, Minas Gerais, v. 6, n. 7, Jul, Ago, Set 2009.

PERNAMBUCO, D. D. Educação. **Diário de Pernambuco**, 04/2018. Disponível em: <[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/04/03/interna\\_vidaurbana,747224/goiana-ganhara-campus-da-ufpe.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/04/03/interna_vidaurbana,747224/goiana-ganhara-campus-da-ufpe.shtml)>. Acesso em: 15 nov. 2018.

PERNAMBUCO, D. D. Goiana Ganhará Campus da UFPE. **Diário de Pernambuco**, Recife, 6 Abril 2018. Disponível em: <[http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/04/03/interna\\_vidaurbana,747224/goiana-ganhara-campus-da-ufpe.shtml](http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/04/03/interna_vidaurbana,747224/goiana-ganhara-campus-da-ufpe.shtml)>. Acesso em: 15 nov. 2018.

PERNAMBUCO, G. D. E. D. FUNDARPE. **Cultura.pe**, 2017. Disponível em: <<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/sobre/a-gerencia/>>. Acesso em: setembro 2018.

RECIFE, P. D. Institucional. **Prefeitura da Cidade do Recife**, S.D. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/pagina/diretoria-de-preservacao-do-patrimonio-cultural-dppc>>. Acesso em: 2018.

RUIZ, J. C. Hacia una nueva definición del Patrimonio Histórico? **PH**, Sevilla, 1996.

RUSKIN, J. **A lâmpada da Memória/John Ruskin**. Tradução de Maria Lúcia Bressan Pinheiro; Beatriz e Gladys Mugayar Kürl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

SANTOS, C. R. D. **Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, v. 15, 2001.

SIQUEIRA, C. F. D. Q. **Preservação e Renovação Urbana no Recife: Uma Dialética nos Imóveis Especiais de Preservação**. 1º. ed. Recife: Faculdade Damas, v. I, 2017.

TOMAZ, P. C. A Preservação do Patrimônio Cultural e sua Trajetória. **Revista de História e Estudos Culturais**, p. 1-12, 2010.

TURISMO, M. D. Sistema brasileiro de classificação de meios de hospedagens. **Ministério do Turismo**, 2003. Disponível em: <<http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/Entenda?tipo=4>>. Acesso em: 15 novembro 2018.

ZANIRATO, S. H. Experiências de Prevenção de Riscos ao Patrimônio Cultural da Humanidade. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, p. 151-164, 2010.